

## Confronto

## Ministros acham "funesto" convocar eleição em 88

Da Sucursal de Brasília e do enviado especial

Empresa Brasileira de Notícias

Editoria de Arte



Sabóia, Fialho, Costa Couto, Brossard, Pazzianotto e Abreu, reunidos no gabinete do ministro da Justiça

Estimulado pelo presidente José Sarney, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, reuniu outros catorze ministros em seu gabinete ontem, e, em nome deles, atacou a hipótese de o Congresso constituinte votar um mandato de quatro anos para o atual presidente. "Houve posição consensual de todos os ministros de que seria funesto para o país uma antecipação das eleições presidenciais", disse.

O ataque aos quatro anos apoiou-se numa análise feita pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, que previu "uma convulsão social" se o governo não conseguisse implementar medidas de reativação econômica. A Folha apurou que Mailson disse, na reunião, ser impossível fechar um acordo com os credores externos e atingir as metas previstas de contenção do déficit público se houver eleição presidencial este ano.

Não foram à reunião —que começou às 9h30 e terminou às 13h— os ministros que estavam viajando, com duas exceções: o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, virtual candidato do PFL à Presidência, e o ministro da Previdência Social, Renato Archer, o maior aliado no governo do presidente do PMDB e do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães. Ambos alegaram "outros compromissos" para não irem à reunião. Ambos admitem quatro anos de mandato para Sarney.

Na entrevista depois da reunião, Brossard fez ataques genéricos aos cartazes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) contra os "traidores do povo" na Constituinte, aos grupos "que têm interesses e ambições pessoais acima dos interesses da nação" e ao clima de descumprimento da lei que prevaleceria no país. "O autoritarismo gerou distorções e contribuiu para deformar o conceito de autoridade."

Nenhum ministro falou sobre a reunião na saída. Ficou combinado que apenas Brossard falaria em

nome de todos, "para não dar confusão", como observou rapidamente, na portaria do Ministério da Justiça, o ministro da Cultura, Celso Furtado, do PMDB.

A Folha apurou que Brossard abriu a reunião afirmando que o governo tem sido atacado no Congresso constituinte e não tem tido condições regimentais de se defender, já que a Constituinte não prevê a figura do líder do governo. "O governo está sendo atacado sem nenhuma defesa", disse.

Neste momento o ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, acrescentou: "O problema é mais fundo, falta apoio político ao governo, falta partido para o governo." Mais tarde, em entrevista no Palácio do Planalto, depois de despacho com o presidente Sarney, Barbalho foi além: "Temos obrigação de reagir, o governo não é só o presidente, é também seus ministros."

"Não podemos aceitar o jogo de abaixo que está sendo feito por alguns

setores, com o objetivo de dizer que o governo só está fazendo coisas erradas. Vamos ver quem fala mais alto", afirmou o ministro da Reforma Agrária. Com esta frase, Barbalho resumiu o objetivo da reunião no gabinete de Brossard, ou seja, unificar a linguagem de todo o governo contra o mandato de quatro anos e as críticas ao presidente Sarney.

Na entrevista, Brossard foi na mesma linha: "Durante a reunião, ficou demonstrada a inteira lealdade e solidariedade, bem como a unidade existente no corpo de ministros de Estado." A falta de apoio político ao governo foi citada por vários ministros, durante a reunião. O próprio Jader Barbalho foi o mais duro, ao afirmar que "o PMDB nunca vestiu a camisa do governo e o PFL se afastou do governo".

O ministro da Marinha, Henrique Sabóia —único ministro militar presente— lamentou a "solidão" do governo. O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, do PMDB, também reclamou de seu partido: "Eu

sou a camisa aqui e sou às vezes criticado de maneira dura e injusta pelo PMDB, que não me defende e, às vezes, sequer me avisa."

Neste momento começou a análise de Mailson da Nóbrega. Segundo ele, a eleição presidencial em novembro "prejudicaria enormemente" as metas econômicas deste ano, em duas frentes. No plano interno, traria uma pressão de governadores e prefeitos aos cofres públicos que "inviabilizaria a meta de contenção do déficit público".

No plano externo, prejudicaria as negociações com os banqueiros sobre a dívida externa brasileira, que, segundo ele, estão caminhando bem, mas dependem da superação dos fatores de "incerteza" do quadro político. Brossard perguntou a Mailson sobre o que aconteceria no plano externo se as eleições fossem este ano. "Ele respondeu que, somados aos fatores de incerteza já existentes, este talvez fosse o de repercussões mais profundas e extensas, e

houve posição consensual de todos os ministros de que seria funesto para o país uma antecipação das eleições presidenciais", disse Brossard, na entrevista.

O ministro da Justiça falava pausadamente, na entrevista, mas levantou a voz e ficou ríspido, quando começou a tratar dos cartazes da CUT. "Isto que está sendo feito nestes cartazes, imbuídos de uma ferocidade totalitária, é uma agressão à imunidade parlamentar, é uma campanha inspirada pela ferocidade, pela selvageria, conhecida na Alemanha e a Itália fascista."

Acusou o Congresso constituinte de trabalhar de forma "grosseira e imperfeita" e disse que a nova Constituição deve ficar pronta o mais rapidamente possível. Defendeu "mais eficácia à base parlamentar do governo", sem dizer como isso será feito e disse confiar "no senso de responsabilidade dos parlamentares" na questão do mandato de Sarney.

Negou que a sociedade queira um mandato de quatro anos e ficou irritado de novo com uma pergunta a respeito. "Não é a sociedade, são grupos organizados, são pessoas que colocam seus interesses e ambições acima do interesse da nação, são ambições do que já levaram este país a horas terrivelmente difíceis."

Brossard deixou claro que a reunião de ontem é o início de uma escalada do governo com o objetivo de sair da defensiva em que se encontra. A Folha apurou entre oficiais da Marinha que a reunião faz parte de uma estratégia mais ampla do governo de recuperar espaço político. Segundo Brossard, novas reuniões serão feitas proximamente, desta vez com os ausentes. O empenho do governo de acionar todos os seus recursos na defesa do mandato dos cinco anos ficou claro no título do release distribuído ontem pelo Ministério da Justiça: "Quinze ministros contra a antecipação da eleição."

## Sarney diz que Quéricia quer ganhar tempo

ROBERTO LOPES  
Enviado especial a Brasília

O presidente José Sarney disse, no princípio desta semana, a um político da cúpula peemedebista, que o governador de São Paulo, Orestes Quéricia, "examina" a possibilidade de disputar a indicação de candidato do PMDB à sucessão presidencial, caso a eleição seja este ano. Sarney informou ainda que as viagens do vice-governador de São Paulo, Almino Alfonso, pelo país foram uma determinação de Quéricia. Segundo o presidente, Almino vem pedindo a diversos governadores do PMDB que eles "segurem" os delegados do partido que vão escolher o candidato à Presidência e que eles impeçam esses delegados de se comprometerem ou —até mesmo— se solidarizarem com uma eventual candidatura do presidente do PMDB e do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

No princípio da conversa no Palá-

cio da Alvorada (residência oficial de Sarney), o visitante observou que a candidatura de Ulysses era "amplamente majoritária" dentro do PMDB. "É hoje", respondeu rápido o presidente. Sarney disse que Quéricia tinha lhe mostrado o resultado de diversas pesquisas de opinião feitas em seu Estado que mostram que, em termos de popularidade, o governador está em muito melhor situação do que Ulysses.

Para o presidente da República, a manobra de Orestes Quéricia tentando "segurar" os delegados à Convenção Nacional do PMDB faz parte de uma articulação mais ampla, que só fará sentido se o Congresso aprovar alguma emenda que diminua de seis para três meses o prazo de desincompatibilização daqueles que têm cargos públicos e querem se candidatar à Presidência da República.

Sarney acha que Quéricia quer mais tempo para "trabalhar" adequadamente os delegados peemedeb-

bistas —e que esse trabalho dará melhores resultados na medida em que Orestes Quéricia tiver mais tempo para realizá-lo na condição de governador de São Paulo.

Ontem, no Congresso, um constituinte paranaense que integrou a equipe de articuladores políticos da candidatura Tancredo Neves comentou com um amigo que, semana passada, depois que Ulysses Guimarães deu uma entrevista coletiva à imprensa (e chamou três ex-ministros militares de "três patetas"), Orestes Quéricia deixou vazar com alguns correligionários que a agressividade do presidente do PMDB não tinha sido obra do acaso. De acordo com essa versão, atribuída a Quéricia, Ulysses tinha, escrito em um pedaço de papel, algumas palavras-chave da entrevista que daria aos repórteres como, por exemplo, "na marra" (palavras que o presidente da Constituinte usou para mostrar sua disposição em aprovar o texto da nova Constituição).

## Moreira Lima acha 5 anos 'mais conveniente'

Da Sucursal de Brasília

O ministro da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Octávio Júlio Moreira Lima, disse ontem que a realização de eleições presidenciais ainda este ano poderá "gerar grandes dificuldades de se governar o país, diante de um clima eleitoral que, certamente, será exacerbado, por razões óbvias". "As eleições este ano considero temerário, pois iria também contribuir para tumultuar os trabalhos do Congresso constituinte que não se esgota com a promulgação da Constituição." E ainda acrescentou: "Eleições ainda este ano sempre é possível, mas se é conveniente é outro problema. Lembro que toda a lei eleitoral teria de ser modificada, por exemplo."

Para ele, o mandato de cinco anos é o "mais conveniente", tanto para Sarney como para os próximos presidentes. "É o período exato para se administrar bem o país", disse. Afirmando não estar preocupado com

as manifestações políticas feitas por militares da reserva, nem mesmo com as declarações de apoio a oficiais punidos. "São manifestações perfeitamente compreensíveis e não aconteceram agressões às instituições e ao governo." Quanto às declarações do presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, classificando os membros da Junta Militar de 1969 de "três patetas", o brigadeiro disse não querer fazer considerações políticas sobre esse fato, "que já está superado".

O discurso do líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho (PA), feito na última terça-feira, deve ser incluído, na opinião de Moreira Lima, nas meditações de "todos que têm responsabilidade política e administrativa no país". Em seu discurso, Passarinho chegou a falar sobre a possibilidade de golpe militar.

Quanto ao aceleração dos trabalhos constituintes para que a nova

Constituição seja promulgada até o dia 21 de abril, como deseja Ulysses, o ministro disse que a data de sua promulgação depende exclusivamente dos parlamentares que têm de ter "espírito de renúncia e saberem abdicar alguns de seus princípios mais estratificados". "O importante é que exista um consenso, pois já ficou demonstrado no Congresso que ninguém tem maioria sozinha para aprovar nada. O importante é se elaborar uma Constituição bem feita e que seja exequível."

Para o ministro, a nova Constituição deve ser concluída em um prazo razoável, "mas não adianta ser uma Carta muito bonita e inaplicável ao Brasil. Muitos não acreditavam que existiria consenso para se votar pontos polêmicos, como o da estabilidade no emprego, e foi alcançado. Isso mostra que todos os temas polêmicos vão ser votados dentro de um clima de diálogo e teremos uma boa Constituição", afirmou o ministro.

## Collor vai encontrar Ulysses para debater mandato de Sarney

Da Sucursal do Rio

O governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello (PMDB), vai se reunir hoje em Brasília com o deputado Ulysses Guimarães e o ex-ministro da Previdência Social Raphael de Almeida Magalhães para discutir a duração do mandato do presidente José Sarney. Collor, que esteve presente ontem à posse da nova diretoria da Associação de Engenheiros da Petrobrás, no Rio, negou que Ulysses Guimarães seja o candidato natural do PMDB à Presidência da República, como têm afirmado os governadores Moreira Franco (RJ) e Orestes Quéricia (SP). "Eu não poderia dizer isto, pois também sou candidato."

Apesar de o Tribunal de Justiça de Alagoas ter decidido na última terça-feira que o Estado terá de pagar os quinquênios aos funcionários públicos conhecidos como "marajás", Collor reafirmou que não obedecerá à determinação judicial.

## Reis quer que governo puna para criar "um fato novo"

Do enviado especial a Brasília

O secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG), 54, sugeriu, ontem, ao ministro da Habitação Prisco Viana —um dos principais articuladores políticos do presidente José Sarney— que o governo puna exemplarmente os responsáveis pelos escândalos financeiros da Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista) e do Basa (Banco da Amazônia S/A) como forma de criar "um fato novo" capaz de detonar uma ofensiva política.

"Fato novo" foram as duas palavras mais usadas pelos 11 parlamentares do Centrão que almoçaram na sede da Caixa Econômica Federal (CEF), a convite de Prisco. O almoço serviu para o ministro fazer um relato da reunião de 15 ministros, pela manhã, no Ministério da Justiça. Prisco Viana contou que havia uma recomendação para que cada ministro ressaltasse os aspectos positivos do governo, mas o

entusiasmo que conseguiu despertar foi muito pequeno.

Só ele e Milton Reis admitiram claramente que ainda existe chance de o Centrão conseguir aprovar os cinco anos de mandato para Sarney. Nem mesmo o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), 32, que é filho do ministro das Comunicações (Antônio Carlos Magalhães), pareceu animado.

Citando o fato de o presidente da República ter conversado, na noite da última segunda-feira, no Palácio da Alvorada, com o presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), e com mais dois senadores desse partido, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) —um dos mais importantes coordenadores do Centrão— disse acreditar que ainda há esperança de atrair o comando nacional pefelista para o apoio a Sarney —mas que isso só acontecerá na medida que o governo consiga "gerar um fato novo". (RL)

## O ENCONTRO DOS 15

**Presentes**  
Paulo Brossard (Justiça)  
Luiz Henrique (Ciência e Tecnologia)  
Antônio Carlos Magalhães (Comunicações)  
Mailson da Nóbrega (Fazenda)  
Ronald Costa Couto (Gabinete Civil)  
José Hugo Castelo Branco (Indústria e Comércio)  
Prisco Viana (Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente)  
Celso Furtado (Cultura)  
Vicente Fialho (Irrigação)  
Henrique Sabóia (Marinha)  
Jader Barbalho (Reforma e Desenvolvimento Agrário)  
Almir Pazzianotto (Trabalho)  
José Reinaldo Tavares (Transportes)  
João Batista de Abreu (Planejamento)  
Aluizio Alves (Administração)

**Ausentes**  
Aureliano Chaves (Minas e Energia) — alegou "outros compromissos"  
Renato Archer (Previdência Social) — tinha confirmado presença, mas ligou de manhã dizendo que ia viajar  
Leonidas Pires Gonçalves (Exército) — viajando  
Octávio Júlio Moreira Lima (Aeronáutica) — viajando  
Íris Rezende (Agricultura) — viajando  
Hugo Napoleão (Educação) — viajando  
Borges da Silveira (Saúde) — viajando  
Abreu Sodré (Relações Exteriores) — viajando  
João Alves (Interior) — viajando

**Não convocados\***  
Paulo Camarinho (Estado-Maior das Forças Armadas)  
Ivan de Souza Mendes (Serviço Nacional de Informações)  
José Paulo Sepúlveda Pertence (procurador-geral da República)  
Saulo Ramos (consultor-geral da República)  
Rubens Bayma Denny (Gabinete Militar)

\* Embora tenham status de ministro, não foram convocados porque não são ministros formalmente, segundo o assessoria do Ministério da Justiça, que os considera membros do equipe de "assessoramento pessoal" do presidente Sarney.

## Agendas

## Executivo

Presidente	17h
9h	Secretário da Fazenda
9h30	
Ministro-chefe do SNI	<b>Prefeito</b>
9h30	Assessor-chefe de imprensa
Ministro-chefe do Gabinete Militar	9h
10h	Arnaldo Lacombe
Ministro-chefe do Gabinete Civil	9h30
15h30	Secretário de Serviços e Obras
16h	11h
16h	Secretário dos Negócios Jurídicos
Governador de Sergipe	15h
	Entrega de ônibus à CMTC
<b>Governador</b>	15h30
10h30	Assessor-chefe jurídico
Governador da Bahia	16h
11h	Assessor-chefe técnico-legislativa
Subsecretário da Grande São Paulo	12h
12h	
Assinatura de convênio	
13h	
Ministro da Ciência e Tecnologia	
15h	
Ministro Interino da Agricultura	
15h30	
Embaixador de Cuba	
16h	
Embaixador da Espanha	

## Legislativo

## Congresso constituinte

9h	Reunião do plenário
14h	Reunião do plenário